

Vulnerabilidade social e a saúde bucal de transexuais de um município de médio porte no nordeste brasileiro

Social vulnerability and the oral health of transsexual in a medium-sized municipality in northeastern Brazil

Natália Vitória de Araújo Lopes¹

Beatriz Thompson Castelo Branco da Silva²

Maxwely Elayne de Azevedo Silva³

Paula Vanessa da Silva⁴

Ítalo Cardoso dos Santos⁵

Luan Éverton Galdino Barnabé⁶

Resumo

Introdução: Vulnerabilidade apresenta diversas definições, desde a década de 80, está vinculada a ausência ou precariedade no acesso à renda, fragilidades dos vínculos afetivos e desigualdades de acesso aos bens e serviços públicos. A vulnerabilidade social enfrentada por indivíduos LGBT é multifatorial e está relacionada a dificuldade de aceitação familiar e social, culminando em evasão escolar e baixa empregabilidade. Indivíduos transexuais enfrentam maiores desafios sociais de aceitação, bem como necessitam de cuidados em saúde especializados, embora a falta de preparo na formação profissional e a dificuldade de acesso ao serviço público de saúde representam barreiras que ainda não foram vencidas. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo foi demonstrar o impacto da vulnerabilidade social no acesso aos serviços de saúde de indivíduos transexuais de uma cidade de médio porte. **Método:** Realizou-se um estudo transversal de análise quantitativa referente aos aspectos sociodemográficos e o acesso à saúde bucal de indivíduos transexuais. Foram selecionados 14 indivíduos transexuais atendidos em uma clínica escola de odontologia em uma cidade de médio porte no nordeste brasileiro. **Resultados:** A amostra foi composta predominantemente por indivíduos não brancos (71,42%), com escolaridade média ≥ 11 anos (85,72%), trabalhando como autônomos (50,01%) e apresentando uma renda mensal ≤ 1 salário-mínimo (71,42%). Em relação ao acesso dos serviços de saúde, observou-se uma maior procura pelos serviços públicos para saúde em geral (85,72%) e serviços privados para atendimento odontológico (78,57%). **Conclusão:** Desse modo, há

¹ Graduanda do curso de Odontologia, Centro Universitário UNIFIP Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

² Graduanda do curso de Odontologia, Centro Universitário UNIFIP Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

³ Graduanda do curso de Odontologia, Centro Universitário UNIFIP Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

⁴ Professora Doutora do curso de Odontologia, Centro Universitário UNIFIP Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

⁵ Professor Doutor do curso de Odontologia, Centro Universitário UNIFIP Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

⁶ Professor Doutor do curso de Odontologia, Centro Universitário UNIFIP Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

RPI

pouco conhecimento na literatura sobre o acesso aos serviços de saúde bucal por indivíduos transexuais, destacando-se a necessidade de mais estudos e políticas públicas que assegurem o atendimento odontológico inclusivo e humanizado para a população transexual.

Palavras-Chave: Acesso aos Serviços de Saúde. Minorias Sexuais e de Gênero. Pessoas Transexuais.

Abstract

Introduction: Since the 1980s, vulnerability has been defined in various ways. It is associated with the absence or inadequacy of access to income, weaknesses in emotional bonds, and inequalities in access to public goods and services. The social vulnerability faced by LGBT individuals is multifactorial, relating to difficulties in family and social acceptance, leading to school dropout and limited employment opportunities. Transgender individuals face even greater challenges in social acceptance and require specialized healthcare, although the lack of professional training and difficulties accessing public health services remain significant barriers that have yet to be overcome. **Objective:** The aim of this study was to demonstrate the impact of social vulnerability on transgender individuals' access to health services in a mid-sized city. **Method:** A cross-sectional quantitative analysis study was conducted concerning the sociodemographic aspects and access to oral health care of transgender individuals. Fourteen transgender individuals attended at a dental school clinic in a mid-sized city in northeastern Brazil were selected. **Results:** The sample predominantly consisted of non-white individuals (71.42%), with an average education level of ≥ 11 years (85.72%), working as freelancers (50.01%), and having a monthly income \leq one minimum wage (71.42%). Regarding access to health services, there was a higher demand for public health services in general (85.72%) and private services for dental care (78.57%). **Conclusion:** Thus, there is limited knowledge in the literature regarding access to dental health services for transgender individuals, highlighting the need for more studies and public policies that ensure inclusive and humane dental care for the transgender population.

Keywords: Access to Health Services. Sexual and Gender Minorities. Transsexual Persons.

Introdução

No Brasil, durante a década de 1990, o conceito de vulnerabilidade foi utilizado na produção científica (Scott *et al.*, 2018) ganhando espaço em áreas como as ciências da vida, ciências naturais e sociais. Sendo definida como condições em que se encontram os grupos de indivíduos a margem da sociedade, em especial por fatores socioeconômicos (Figueiredo; Noronha, 2008). Na área da saúde, o termo vulnerabilidade surgiu como resposta à epidemia do vírus da imunodeficiência humana (HIV) (Ayres *et al.*, 2009). Os estereótipos associados aos grupos de risco no contexto da epidemia, trouxeram à tona a necessidade de substituir este termo, redefinindo para o conceito de vulnerabilidade, tendo uma ampliação das formas de acometimento da doença pela totalidade da população (Sánchez; Bertolozzi, 2007). Entretanto, a literatura ainda é escassa sobre a definição da vulnerabilidade com as ciências da saúde (Scott *et al.*, 2018), em especial a odontologia.

RPI

Desde a década de 80, até o presente momento, o termo vulnerabilidade apresentou diversas definições, sendo um dos aspectos desse conceito vinculada a ausência ou a precariedade no acesso à renda, sendo também atrelada as fragilidades dos vínculos afetivos e das desigualdades de acesso a bens e aos serviços públicos (Brasil, 2004), compreende-se, portanto, que a pessoa que encontra-se vulnerável é aquela que apresenta desvantagens nas distribuição de renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde (Figueiredo; Noronha, 2008; Ayres *et al.*, 2009). Assim, embasado pelos Direitos Humanos os indivíduos que se encontram nesta condição tornam-se sujeitos de direitos especiais, sendo necessário a implementação de políticas públicas para minimizar as desigualdades e dificuldades enfrentadas por estes (Figueiredo; Noronha, 2008).

Deste modo, a indicação de grupos vulneráveis através de indicadores gerais, quantitativos e qualitativos, podem estabelecer grupos de atuação para políticas públicas de saúde visando a minimização das desigualdades sociais suas variações. O Programa Nacional de Assistência Social (PNAS) junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vem possibilitando a ampliação do acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2004), permitindo assim identificar atributos pessoais, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, características do domicílio e acesso a serviços (Brasil, 2020).

Compreendendo a saúde como instrumento de ação de políticas públicas (Lucchese, 2004), busca-se através do Sistema Único de Saúde (SUS), promover saúde a todos, por meio dos seus princípios básicos (Brasil, 1990). Contudo, mesmo sendo implantada a Política Nacional de Saúde Integral LGBT à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2013), ainda há empecilho no reconhecimento da orientação sexual, identidade de gênero e uso do nome social de travestis e transexuais (Silva *et al.*, 2017). Outros fatores são fortes indicadores de vulnerabilidade para esta população como a baixa escolaridade, a dificuldade de empregabilidade, ocupações de risco, aceitação familiar e desamparo à moradia (Souza; Pinto; Fiorati, 2019).

Diante disso, o objetivo do presente estudo foi demonstrar o impacto da vulnerabilidade social no acesso aos serviços de saúde de indivíduos transexuais de uma cidade de grande médio porte no Nordeste brasileiro.

Método

Foi realizado um estudo transversal caracterizado por uma análise quantitativa avaliando aspectos sociodemográficos, questões de gênero e acesso aos serviços de saúde de indivíduos transsexuais atendidos em uma Clínica Escola de Odontologia em um município de médio porte com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,720, localizado a 112 km da Capital do Estado, João Pessoa - PB. A amostragem por conveniência foi composta por todos os indivíduos transsexuais atendidos na Clínica Escola e que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

RPI

A coleta de dados foi realizada por meio de uma triagem, em que todos os pacientes atendidos clínico da Clínica Escola de Odontologia da FIP Campina Grande foram avaliados com base no aspecto de identificação da identidade de gênero. Os indivíduos participantes da pesquisa foram avaliados através da aplicação de um questionário sobre os parâmetros sociodemográficos (faixa etária, etnia, escolaridade, ocupação, renda mensal e coabitação), aspectos de gênero (identidade de gênero, orientação sexual, aceitação da família e histórico de violência) e acesso aos serviços de saúde (nome social incluso no cartão do SUS, serviço de saúde priorizado, serviço de saúde odontológico e se o SUS atende duas necessidades). As avaliações clínicas foram realizadas seguindo as orientações de biossegurança da Clínica Escola de Odontologia da FIP Campina Grande (máscaras N95 ou PFF2, protetores faciais, aventais descartáveis de manga longa impermeáveis, gorros, óculos de proteção e luvas de nitrilo) visando a segurança dos pacientes, alunos e sob a supervisão do pesquisador responsável.

Os dados foram processados no *Statistical Package for the Social Science* (SPSS) versão 20.0. Foi realizada análise descritiva para os aspectos sociodemográficos, aspectos relacionados ao gênero e acesso aos serviços de saúde. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário FIP (Número do parecer: 5.297.255). O estudo foi conduzido de acordo com a Declaração de Helsinki de 1964 e os princípios éticos propostos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o sigilo dos dados referentes aos participantes.

Resultados

Foram avaliados 14 indivíduos transexuais com idade média de ≤ 30 anos (10/14; 71,42%). Dentre os aspectos sociodemográficos analisados destaca-se a maior prevalência de indivíduos não brancos (10/14; 71,42%), com uma média de escolaridade de ≥ 11 anos, sendo a ocupação de autônomo como a mais prevalente (07/14; 50,01%), com uma renda mensal de ≤ 1 salário-mínimo (10/14; 71,42%), vivendo com amigos (06/14; 42,87%) (Tabela 1).

Tabela 1. Aspectos sociodemográficos.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA (%)
FAIXA ETÁRIA	
≤ 30 anos	10 (71,42)
≥ 30 anos	04 (28,58)
ETNIA	
Branco	04 (28,58)
Não branco	10 (71,42)
ESCOLARIDADE	
< 11 anos de estudo	02 (14,28)

≥ 11 anos de estudo 12 (85,72)

OCUPAÇÃO

Desempregado 02 (14,28)

Assalariado 05 (35,71)

Autônomo 07 (50,01)

RENDA MENSAL

≤ 1 salário mínimo (\$) 10 (71,42)

> 1 salário mínimo (\$) 04 (28,52)

COABITAÇÃO

Familiares cosanguíneos 01 (7,14)

Sozinho 05 (35,71)

Com amigos 06 (42,87)

Conjugal 02 (14, 28)

Salário-mínimo R\$ 1,212,00.

Fonte: Autores.

Em relação aos aspectos de gênero, todos os indivíduos avaliados eram transexuais (14/14;100%), sendo o sexo biológico masculino (10/14;71,42%) e a heterossexualidade (08/14;57,15%) as condições mais comuns. A maior parte dos indivíduos relatou não haver aceitação familiar (10/14;71,42%) e que a identidade de gênero já foi motivo de algum tipo de violência (10/14;71,42%) seja esta física, psicológica, verbal e emocional (Tabela 2).

Tabela 2. Aspectos relacionado ao gênero.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA (%)
IDENTIDADE DE GÊNERO	
Homens Trans	04 (28,58)
Mulheres Trans	10 (71,42)
ORIENTAÇÃO SEXUAL	
Heterossexual	08 (57,15)
Homossexual	01 (7,14)
Pansexual	03 (21,43)
Bissexual	02 (14,28)
ACEITAÇÃO DA FAMÍLIA	
Sim	03 (21,43)
Não	11 (78,57)
HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA	

RPI

Sim	10 (71,42)
Não	04 (28,58)

Fonte: Autores.

A respeito do acesso aos serviços de saúde por indivíduos transexuais, observou-se uma maior procura pelos serviços de saúde do setor público (12/14;85,72%) (Tabela 3).

Tabela 3. Acesso aos serviços de saúde.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA (%)
NOME SOCIAL INCLUSO NO CARTÃO DO SUS	
Sim	10 (71,42)
Não	04 (28,58)
SERVIÇO DE SAÚDE PRIORIZADO	
Público	12 (85,72)
Privado	02 (14,28)
SERVIÇO DE SAÚDE ODONTOLÓGICO	
Público	03 (21,43)
Privado	11 (78,57)
O SUS ATENDE SUAS NECESSIDADES	
Sim	07 (50,00)
Não	07 (50,00)

Fonte: Autores.

Discussão

A Portaria N° 2.836, de 1° de dezembro de 2011, conceitua que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia, à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde e lazer, interfere diretamente, na qualidade de vida e de saúde, destacando-se grupos vulneráveis como a população LGBT (Brasil, 2011). O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), regulado pela Resolução CONSUP N° 42/2017, é composto por 3 subíndices: I) Infraestrutura Urbana; II) Capital Humano; e III) Renda e Trabalho, em que a posse ou privação destes são responsáveis pelas condições de bem-estar (Costa; Marguti, 2015). Diante disso, destaca-se a vulnerabilidade social enfrentada pelos indivíduos transexuais participantes da presente pesquisa que enfrentavam situações de baixa renda e dificuldade de empregabilidade, mesmo com boa escolaridade, e falta de apoio familiar, o que impactava diretamente na sua qualidade de vida e bem-estar social.

Rogers e Ballantyne (2008) existem diversos fundamentos acerca de vulnerabilidade, e a partir deste seria possível estabelecer uma tipificação básica: a) vulnerabilidade extrínseca -

RPI

esta provém de circunstâncias externas, relacionadas com a falta de poder socioeconômico, pobreza, falta de escolaridade ou carência de recursos, podendo estes ser sujeitados a discriminação institucionalizada em razão de gênero, raça e sexo; e b) vulnerabilidade intrínseca - características que tem a ver com os próprios indivíduos tais como doença mental, deficiência intelectual, doença grave, ou os extremos de idade (crianças e idosos). Vale discutir com base em nosso estudo que a identidade de gênero e a orientação sexual são características intrínseca do indivíduo e que podem colocar em situação de vulnerabilidade.

Assim, o sexo biológico está relacionado com as características genéticas do indivíduo, sendo estas o que se possui ao nascer, definindo-os como machos, fêmeas ou intersexual (Almoznino *et al.*, 2015). Enquanto, a identidade de gênero se correlaciona com a identificação ou não do sujeito com o seu sexo biológico, podendo ser definidos como cisgênero ou transgênero (Arán; Praun, 2013). A orientação sexual, condiz com a possibilidade que o indivíduo possui de se atrair emocionalmente, sexualmente ou afetivamente sendo então heterossexual, homossexual, pansexual, bissexual (Malta, 2015). Essas definições ainda são pouco compreendidas pela sociedade, tendo em vista os padrões heteronormativos que fundamentam os conceitos de sexualidade, sendo aspectos que impactam diretamente na vida destes indivíduos transexuais.

Os processos históricos, sociais e culturais trazem consigo mudanças na perspectiva sociocultural de grupos etários (Schönardie, 2015). Assim, observamos que a atual geração (Z), possui uma maior compreensão sobre a população LGBT (Valle, 2021), visto que, é a primeira geração que se inclina a envelhecer naturalizando a diversidade de gênero (Herdt; De Vries, 2004). O envelhecimento na visão de indivíduos LGBT está ligado a estereótipos como solidão e menor atratividade, tendo em vista a supervalorização da juventude (Kristiansen, 2004). É preciso pontuar que para indivíduos LGBT, educados no conceito heteronormativo, que normaliza o relacionamento apenas entre indivíduos do sexo oposto, levam-se muitos anos para naturalizar outros conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, o que reflete no seu amadurecimento psicossocial, podendo desenvolver tardiamente as suas concepções afetivas o que traria para estes indivíduos uma adolescência tardia e uma supervalorização da juventude.

Apesar da elaboração do Programa “Brasil sem Homofobia” do Governo Federal juntamente com a Sociedade Civil Organizada (Brasil, 2004), com o intuito de abordar pautas sobre o combate à violência e à discriminação contra gays, lésbicas, transexuais e bissexuais, estes indivíduos ainda relatam se sentir inseguros na escola em razão da sua orientação sexual e da sua expressão de gênero (Bento, 2011). Essa insegurança é fruto da vulnerabilidade jurídica, que no Brasil age de maneira discriminatória tornando fraco o amparo legal da população LGBT (Domene, 2022). Desta maneira, mesmo acontecendo a implementação destas políticas públicas, elas ocorrem de forma lenta, abrindo um viés para a evasão escolar destes indivíduos (Bento, 2011), que somando com a exclusão social, originam um enfraquecimento no acesso de qualificações profissionais e mercado de trabalho (Franco;

RPI

Cicillini, 2013). Observamos que há um contraste deste cenário no município de Campina Grande – Paraíba, por este município apresentar o segundo maior índice de indivíduos matriculados no ensino médio em escolas estaduais e federais, o que se reflete no grau de escolaridade da população transexuais. Embora, tenhamos observado uma dificuldade de empregabilidade associada pelos indivíduos a sua aparência física e comportamento fora dos padrões heteronormativos.

Pessoas que fazem parte da comunidade LGBT, são frequentemente expostas a discriminação e a violência em diversos âmbitos sociais como o familiar e o profissional (Aparecida de Souza; Hespanhol, 2015). A não aceitação familiar leva a situações de violências físicas, verbais e psicológica, fazendo com que estes indivíduos transexuais saiam cedo de casa a procura de espaços que os aceitem (Pelúcio, 2005). A dificuldade de encontrar ambientes que acolham suas necessidades leva a situação de rua esses indivíduos em extrema pobreza e vulnerabilidade (Nogueira; Aquino; Cabral, 2017), e em alguns casos a obtenção de renda através de trabalhos informais como a prática sexual (Oliveira *et al.*, 2018). Nós observamos que a maioria dos indivíduos transexuais preferem morar sozinhos ou com amigos, o que demonstra um maior isolamento social e um acolhimento entre iguais, embora a renda média destes indivíduos seja menor que 1 salário-mínimo e utilizada para necessidades básicas de alimentação e moradia.

Jonhson, Mimiaga e Bradford (2008) destacam que os pacientes transexuais sentem uma limitação quanto aos tratamentos clínicos e preventivos. Em nosso estudo alguns indivíduos relataram discriminação quando buscaram atendimento em ambiente de saúde. Embora, estes indivíduos utilizam o serviço público de saúde para atendimento ambulatorial especializado. O presente estudo também destaca que indivíduos transexuais muitas vezes buscam serviços odontológicos de caráter privado, mesmo apresentando uma condição financeira restrita, visando um atendimento mais rápido e que possibilitem uma menor discriminação. Diante esses aspectos, é possível destacar o impacto negativo das questões de gênero no acesso à saúde bucal de mulheres transsexuais, visto que poucas alterações e relatos de discriminação foram relatados por homens trans.

Como limitação para o presente estudo está abaixo amostragem da população transexuais, sendo justificada pela falta de estratégias para o agrupamento dos indivíduos trans por organizações e coletivos que são procurados individualmente. A amostragem desse estudo foi obtida através de duas organizações governamentais e dois coletivos autônomos para indivíduos LGBT. Não houve financiamento para realização da presente pesquisa.

Conclusão

Diante disso, podemos concluir que na literatura há pouco conhecimento sobre o acesso aos serviços de saúde bucal por indivíduos transexuais, bem como o nível de comprometimento da saúde bucal dessa população, destacando-se a necessidade de mais estudos e políticas públicas que assegurem o atendimento odontológico inclusivo e

RPI

humanizado. A dificuldade de acesso aos cuidados em saúde bucal pode representar mais um aspecto da vulnerabilidade social enfrentada por indivíduos transsexuais. Mais estudos são necessários para aprofundar o conhecimento da abordagem de gênero e sexualidade na saúde bucal.

Referências

ALMOZNINO, G.; AFRAMIAN, D.J.; SHARAV, Y.; SHEFTEL, Y.; MIRZABAEV, A.; ZINI, A. Lifestyle and dental attendance as predictors of oral health-related quality of life. **Oral Diseases**. v. 21, n. 5, p. 659-666, 2015.

APARECIDA DE SOUZA H.; HESPANHOL BERNARDO M. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **BAGOAS [Internet]**. v. 8, n. 11, 2015.

ARÁN M., PRAUN N. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Agora**, v. 9, n. 1, p. 4-63, 2013.

AYRES JR DE, C.M.; FRANCA JUNIOR, I.; CALAZANS, G.J.; SALETTI FILHO, H.C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. **In: Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2003.

BENTO, B.A.M. Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, **Ministério da Saúde**, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011**. Dispõe sobre a organização Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Plano Estadual de Assistência Social da Paraíba (2020-2023). **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), Diretoria do Sistema Único de Assistência Social (DSUAS)**. Paraíba, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

RPI

BRASIL. Resolução nº 145. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. **Brasília: ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de assistência Social**, 2004.

COSTA, M.A, MARGUTI BO. Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras. **Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, p. 12-19, 2015.

DOMENE, M.F et al. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 2022; 27(10):3835- 3848.

FIGUEIREDO, I.; NORONHA, R.L. A vulnerabilidade como impeditiva/ restritiva do desfrute de direitos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, n. 4, p. 129-146, 2008.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: Caminhos percorridos e obstáculos enfrentados. **In: 36ª Reunião Nacional da ANPEd**, Goiânia-GO, 2013.

HERDT, G., DE VRIES, B. Gay and lesbian aging: research and future directions. **New York: Springer Publishing Company**; p. 3-28, 2004.

JOHNSON, C.V.; MIMIAGA, M.J.; BRANDFORD, J. Health care issues among Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex (LGBT). **Homosexuality**, v. 54, n. 3, p. 213-224, 2008.

KRISTIANSEN, H. “Narrating past lives and present concerns: older gay men in Norway”. **In.: HERDT, G; DE VRIES, B. (eds.). Gay and Lesbian Aging: Research and Future Directions. New York: Springer Publishing Company**; 2004.

LUCHESE, P.T.R. Informação para Tomadores de decisão em saúde pública: políticas públicas em Saúde Pública. São Paulo: **BIREME/OPAS/OMS**, 2002.

MALTA, M.J.F.T. Gênero e sexualidade: história, condições e lugares. **Diálogos em psicologia social**, v. 12, n. 4, p. 147-167, 2015.

NOGUEIRA, S.N.B.; AQUINO, T.A.; CABRAL, E.A. Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans. **Aracaju: Rede Trans Brasil**, 2017.

OLIVEIRA, J.W.; ROSATO, C.M.; NASCIMENTO, A.M.R.; GRANJA, E. Sabe a minha identidade? nada a ver com genital: vivências travestis no cárcere. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 159-174, 2018.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti, **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 25, p. 217-248, 2005.

ROGERS, W.; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. **RECIIS**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 31-41, 2008.

SÁNCHEZ, A.I.M.; BERTOLOZZI, M.R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.

SCHÖNARDIE, P.A. O processo educativo na perspectiva histórico-cultural. **Contexto [Internet]**. v. 23, n. 93, p. 4-21, 2015.

SCOTT, J.B.; PROLA, C.A.; SIQUEIRA, A.C.; PEREIRA, C.R.R. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018.

SILVA, L.K.M.; SILVA A.L.M.A.; COELHO, A.A.; MARTINIANO, C.S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017.

SOUZA, N.R.M.; RIANI, J.L. Vulnerabilidade de inserção no mercado de trabalho dos jovens moradores de favelas de Belo Horizonte. **Unisinos**, v. 55, n. 1, p. 111-113, 2019.

VALLE, M.M.R. Questões de gênero e sexualidade segundo os estudantes da UFPR: estamos formando profissionais tolerantes e inclusivos?. **In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2021.